

los DR da FUNAI  
Posto Indígena Vista Alegre  
Relatório de Estágio  
Período: agosto à outubro de 1985

André Raimundo Ferreira Ramos  
Boa Vista, novembro de 1985

## S U M Á R I O

- I - INTRODUÇÃO
- II - A TERRA
  - a) Localização e caracterização
  - b) Aldeias
  - c) Questão fundiária
- III - ECONOMIA
- IV - A SOCIEDADE MAKUXI
- V - SISTEMA ESCOLAR
- VI - SAÚDE
- VII - FUNAI - ASSISTÊNCIA
- VIII - SOCIEDADE ENVOLVENTE
- XIX - CONCLUSÃO
- X - ANEXOS
- XI - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

## I - INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como finalidade, registrar as observações feitas durante o período do estágio realizado no perímetro jurisdicionado ao Posto Indígena Vista Alegre, Território Federal de Roraima.

Cumprе salientar que as observações aqui expressas, são fruto na medida do possível, da participação nas atividades cotidianas e/ou entrevistas informais, especialmente na Aldeia de Vista Alegre, onde está situada a sede do P.I., localidade onde permaneci a maior parte do tempo.

A área abordada está situada dentro dos limites da Fazenda São Marcos, e abriga uma população formada por Makuxi e Wapitxána, notadamente os primeiros, os quais constituem a maioria. Ambos os povos já foram objeto de observações e estudos de vários estudiosos, perdura porém, a imagem de povos simplesmente aculturados, confundidos com lavradores, como se não tivessem especificidades étnicas e culturais, e se resumissem apenas a "cabôcos" conforme é identificado pela sociedade regional.

Estas terras tradicionalmente ocupadas pelos Makuxi e Wapitxána, e mais uma dezena de povos indígenas, muitos dos quais extintos pela ação genocida dos colonizadores, só passou a sofrer uma colonização sistemática a cerca de duzentos anos, com a instalação do Forte de São Joaquim, na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu ao final do sec. XVIII (1775), com o objetivo de defender o território das incursões dos espanhóis, bem como realizar reduções, antes disso as atividades realizadas pelos portugueses limitava-se às expedições de aprisionamento e escravização destinadas a abastecer as vilas da Amazônia. Os registros da época dão conta que os aldeamentos obtiveram pouco sucesso, ocorrendo diversas rebeliões, tendo no caso dos Makuxi existido uma resistência ao contato com os brancos até fins do sec. XIX. Assim como no passado o grau de resistência por parte dos grupos indígenas foi diferenciado, ainda hoje, o caráter da identidade étnica e da manutenção de elementos da cultura Makuxi e Wapit-

xãna variam de aldeia para aldeia, de acordo com a maior ou menor facilidade de acesso à cidade, e a própria história da relação da população de cada aldeia com os "brancos" em redor.

Deve-se considerar também, o lento desenvolvimento das forças produtivas no Território de Roraima, fato que relativizou de forma considerável o processo de aculturação de parte da população indígena local, apesar do alto grau de espoliação e discriminação a que estão submetidas.

## II - A TERRA

### a) Localização e caracterização.

A área da Fazenda São Marcos, onde está inserido o P.I. Vista Alegre, possui 654.000 hectares de terra demarcada e homologada, sendo objeto de invações, controvérsias, e processos judiciais desde o fim do sec. XVIII, como procurarei esclarecer no decorrer deste relatório.

As terras compreendidas sob a assistência do P.I. têm como limites: ao sul a confluência dos rios Uraricoera e Tacutu (onde está localizada a sede da Fazenda S. Marcos), ao norte o rio Surumu, a leste os rios Surumu e Tacutu, a oeste os rios Uraricoera e Parimé.

A área é cortada por uma estrada territorial, em chão, que apresenta pouco movimento de veículos, com destino ao nordeste do Território de Roraima. Faz parte dos campos rio-branquenses, denominado regionalmente "lavrado", tendo muitos igarapés margeados de buritizeiros, vegetação arbustiva, solo arenoso, pouco fértil, clima quente e úmido, com duas estações distintas: inverno, o período chuvoso de abril a setembro, e o verão de outubro a março, quando as chuvas são escassas. Apresenta ainda, apesar da ameaça crescente, uma fauna expressiva, com aves (jaburu, cegonha, gavião, curicaca, parda-pada, etc.), peixes (surubim, pirandirá, pirarara, pirarucu, etc.) e outras espécies animais (tatu, raposa, tamanduá, paca, jacaré, etc.).

### b) Aldeias.

Na área visitada, estão localizadas oito aldeias, que apresentam entre si singularidades quanto a ocupação do espaço, a formação histórica do aglomerado populacional, a relação com os regionais e o Orgão assistencial.

A expressão comumente usada na denominação das comunidades indígenas é "maloca", os regionais usam este vocábulo com certa inten-

ção pejorativa, alguns poucos indígenas utilizam a palavra aldeia. Temos assim:

- Aldeia Vista Alegre - Situada a margem direita do rio Uraricoera, a 9 Km. da sede da Fazenda São Marcos e 70 Km. de Boa Vista, apresenta a maior população da área, formada basicamente entre sete grupos familiares. Segundo informações dos moradores mais antigos, originários das proximidades do Igarapé do Canivete, o aglomerado que constitui esta aldeia, surgiu no início da década de 50 por incentivo do administrador da então Ajudância de São Marcos, que estimulou os moradores dispersos nas proximidades a se concentrarem naquele local.

Construída majoritariamente de índios Makuxi, e alguns poucos Wapitxâna, Vista Alegre, abriga em seus arruados, segundo o tuxaua, "formando um redondo", a sede do Posto, Escola, Enfermaria, Capela Católica, local de culto protestante (Assembléia de Deus), casas, cantina, e o campo de futebol que fica ao centro. Dispõe de serviços pouco comuns em comunidades indígenas, ou seja, água puxada do rio através de motor e distribuída na maioria das casas, tendo cada casa uma torneira no quintal, serviço este mantido pela comunidade, conta também, com um gerador de energia elétrica. Por certo, a proximidade da antiga ajudância, e mais tarde a instalação da sede do P.I., fato ocorrido a cerca de 12 anos, propiciaram a essa localidade uma assistência por parte do Órgão, que apesar de questionável, tornou-se mais sistemática do que em outras comunidades.

Associado a este fato, a abundância de recursos hídricos, a disponibilidade de terras propícias à agricultura (ilhas de mata, ilhas fluviáteis), a relativa tranquilidade quanto a conflitos com os regionais, a proximidade da cidade de Boa Vista, transformou no decorrer do tempo a aldeia em local de atração para as famílias Makuxi que se encontravam em outras localidades. Hoje, Vista Alegre abriga uma população na maioria de áreas conhecidas como tradicionalmente Makuxi, especificamente comunidades situadas entre os rios Surumu, Cotingo, Tacutu, notadamente as aldeias Contão, Limão, Xumina,

Aratanha, Tachi, onde a relação conflituosa com fazendeiros é bastante acentuada, e a terra para plantação é reduzida. Em conversa com um morador recém chegado, em mudança da Aldeia do Limão, cuja a família já se estabeleceu a poucos anos em Vista Alegre, este objetivamente informou-me da dificuldade de fazer roças suficientes para manutenção da família, já que a única área propícia limita-se as restingas dos rios; assim, a população escasseia a cada dia que passa.

- Aldeia Lago Grande - Distante 50 Km. da sede do P.I., localiza-se próxima de algumas serras que possuem as matas mais densas desta área, e a margem da estrada que segue para a região de Normandia. A população é constituída pelo povo Wapitxãna, com cerca de 130 pessoas, sendo a aldeia formada desde tempos imemoriais, conta com a presença invasora da Fazenda Flexal, nas proximidades, problema acentuado nos últimos cinco anos. As terras não são consideradas das mais propícias à agricultura, sendo que a água torna-se escassa no alto verão; as plantações são feitas nas matas ao pé da serra. As casas ficam distantes 10 a 20 metros uma da outra, existe o espaço comunitário normalmente encontrado em todas as aldeias (malocão), uma capela, uma cantina desativada, além de uma escola que se situa distante do centro local, do outro lado da estrada.
- Aldeia Milho (Tauari) - Relativamente próxima ao Lago Grande, à qual estava considerada ligada, pois até recentemente o tuxaua da primeira respondia pela chefia também no Milho, no mês de outubro a comunidade local escolheu um tuxaua. É cortada pelo igarapé do Milho, e além dos moradores antigos, tem uma população formada por ex-moradores do Lago Grande, e muitos outros originários da região da Aldeia Raposa. As terras são consideradas favoráveis à agricultura, dispõe de água durante todo o ano, a população tem crescido já equiparando-se a da comunidade vizinha. Ao que tudo indica, ocorre um fenômeno semelhante ao de Vista Alegre. A escola que serve a comunidade é a mesma da aldeia vizinha, a cerca de 8 Km. de distancia.



- Aldeia Mauixi - Localizada a 36 Km. do P.I., a margem do rio Parimó, próxima do antigo retiro da Fazenda S. Marcos, "Xiriri", onde outrora se concentrava grande parte do gado. Atualmente tem 90 moradores Mauixi, que devido às agruras do solo do lavrado, fazem suas roças nas encostas da Serra do Urubu, distante cerca de 8 Km. do centro da aldeia, onde também estão localizadas as casas de farinha, e moram algumas famílias. O equipamento comunitário que possui, além do malocão, é uma escola com uma única sala de aula.
- Aldeia Darcoura - Apesar da proximidade, (12 Km.), do P.I. é uma comunidade de difícil acesso, devido a existência de lagos que impossibilitam a passagem de veículos durante 3/4 do ano. Estando situada à margem esquerda do rio Tacutu, a sua população de 99 pessoas sofre a influência das fazendas estabelecidas na outra margem do rio, mantendo por vezes relações de interdependência e "compadrio" bastante controvertidas; sendo comum a prestação de serviços temporários e pessimamente remunerados aos fazendeiros das proximidades. Para exemplificar o tipo de interesse e a falsa generosidade da vizinhança, recentemente, um fazendeiro que realiza o plantio mecanizado de arroz propôs ao tuxana, uma espécie de arrendamento de alguns hectares de lavrado dentro das terras da aldeia, ele realizaria uma plantação de arroz naquela área, após a colheita, a terra já ficaria arradada para os moradores plantarem, além de algumas sacas que ele daria como cortezia. Felizmente a proposta não foi aceita. Na verdade, os moradores da localidade como não têm meios para arradar as terras, limitam-se a fazer suas roças nas margens do Tacutu, já que não dispõem de matas.
- Aldeia Campo Alegre - Próxima à estrada que corta a área, fica a 16 Km. do P.I., a população tem crescido ultimamente, devido às migrações oriundas de outras aldeias. Dispõe de uma escola e um "malocão", contando com 68 moradores Makuxi que recentemente escolheram seu primeiro tuxana.
- Aldeias da Roça e Bala - São as mais distantes do P.I., a partir do Lago Grande, percurso de cerca de 45 Km. só é possível ser realizado a pé ou a cavalo, durante quase todo o ano. Não foi possível



visita-las durante o período de estágio. Devido às dificuldades, o contato destas aldeias, próximas do rio Surumu, com o Posto são ocasionais. No entanto, são as duas comunidades que enfrentam os problemas mais sérios de invasão de terras por parte de fazendeiros, especificamente as Fazendas Flexal e Novo Hamburgo (ou Nova Alemanha?), cujo os proprietários usam de violência para impedir a expansão das roças indígenas.

- Sede da Fazenda São Marcos - Em redor do prédio-sede da Fazenda, moram algumas famílias constituídas pelos atuais e ex-empregados à serviço da fazenda, antigamente próspera e com numeroso rebanho bovino. A comunidade com 56 moradores, não é considerada uma aldeia, não possui tuxaua, estando sob a chefia do tuxaua de Vista Alegre; porém conta com um representante local, o que lhe confere um caráter de independência, é assistida pelo P.I. Vista Alegre, possuindo poucas roças. O casarão sede construído na década de 20, encontra-se em situação precária, abandonado, abrigando em um salão a escola, em outra sala uma pequena e desaparelhada enfermaria, noutros salões velhas maquinarias destruídas pelo tempo, assim é representado o verdadeiro quadro do descaso, gerando a decadência de um bem público que deveria estar a serviço da população indígena.

### c) Questão fundiária.

Para entendermos a situação que hoje os povos indígenas do lavrado enfrentam quanto a questão de ocupação de suas terras, se faz necessário recorreremos à história da colonização da região rio-branquense, no caso presente a instalação e problemática da Fazenda São Marcos, uma das precursoras da atividade pecuária, o atrativo maior da ocupação da área. O processo colonizador, com base na pecuária teve início no período de 1786 a 1973, quando por estímulo de Lobo D'Almada, foram instaladas as Fazendas de São Bento, São José e São Marcos, visando efetivar a política expansionista portuguesa, e ao mesmo tempo aproveitar o potencial de mão-de-obra indígena abundante a ser submetida à servidão.

Durante o império, as fazendas passam a ser administradas pelo Ministério dos Negócios da Fazenda e mesmo com a lentidão do desenvolvimento da pecuária e a escassa população branca existente, ao final daquele sec. XIX, devido a debilidade e conivência da administração imperial, as terras de São Bento e São José estavam totalmente ocupadas por invasores; fato estimulado pela prática de arrendamentos, cujo os arrendatários resistiam a cumprir os prazos de devolução, como bem ilustra a questão entre Sebastião Diniz e o Governo Federal quanto às terras de São Marcos, originando uma situação indefinida que perdura até os dias atuais.

No início deste século, a Fazenda São Marcos encontrava-se sob a administração do Ministério da Agricultura, posteriormente passa à responsabilidade do SPI, neste período os herdeiros de Sebastião Diniz recorreram ao Tribunal Superior na tentativa de legitimar a invasão dos lotes que o mesmo tinha posto o nome de Fazenda Flexal. A justiça Federal deu ganho de causa para a União. Posteriormente a firma J.G. de Araújo, então já "proprietária" da Fazenda, manteve uma longa Polêmica com o SPI, também quanto a Flexal, sendo que mais uma vez a União ganhou a causa. Por diversas vezes o Inspetor Regional do SPI, denunciou a permanência do invasor, inclusive argumentando contra a concessão de um título definitivo fornecido pelo Governador do Estado do Amazonas, em completo caráter de irregularidade, pois tratava-se de área em litígio, propriedade do Governo Federal, não contando ele com autoridade para executar tal ato. Além disso, foi assinado um decreto em 1917 (v. anexo), também pelo Governo do Amazonas, garantindo a posse por parte de alguns povos indígenas do Território, apesar do caráter dúbio e ignorando a problemática enfrentada pelos Wapitxâna, serve como registro da importância da população indígena na região.

Estas controvérsias se arrastaram até a década de 30, e além de constar de expressiva documentação, está presente na memória dos velhos Makuxi e Wapitxâna. Interessante ressaltar, que o então administrador da Fazenda de J.G. de Araújo, Sr. Homero Cruz, tornou-se um dos primeiros invasores a instalar fazenda na região norte de São

Marcos, à margem do rio Surumu, logo acima da Flexal, trata-se da Fazenda Hamburgo, surgindo ao lado a Fazenda Nova Hamburgo, ainda propriedade da família Cruz, que impossibilita o crescimento da Aldeia da Roça, mantendo a comunidade sob pressão. Na década de 40, com a criação do Território Federal, intensifica-se a instalação de fazendas e retiros em áreas indígenas, principalmente na região norte, fato curioso é que muitos rebanhos são formados, a partir do roubo, ou outros tipos de falcatruas, do gado pertencente à Fazenda S. Marcos, que era criado solto pelos campos, e grande quantidade não tinha ferra.

Hoje o título definitivo da Fazenda Flexal, encontra-se com o atual e pretense proprietário, Sr. Olmiro de Souza, que frequentemente ameaça os moradores das aldeias Roça e Bala, tendo inclusive derrubado uma casa indígena a cerca de um ano. Em janeiro de 1984, foi assinado um Termo de Acordo entre as duas partes (fazendeiro e indígenas), conta com a assinatura de todos os tuxauas da região jurisdicionada ao P.I. Vista Alegre, o Sr. Olmiro e o delegado da FUNAI na época (v. anexo). O acordo além de vergonhoso é ilegal, francamente desfavorável aos índios, ficando estabelecido que a população não aumentaria suas roças até a questão ser resolvida definitivamente. Resultado: está ocasionando sérios problemas de subsistência na Roça e Bala, as pressões do fazendeiro continuam, inclusive como já foi dito, tendo derrubado a casa, e paralelo a isto continuam a se instalar benfeitorias na Fazenda Flexal.

O quadro de controvérsias e irregularidades na questão da Fazenda São Marcos é amplo e moroso, com redemarcações, decretos e portarias, sendo que durante certo período a área foi considerada Colônia Agrícola, contrariando a Lei 6001, acobertando a situação de conflito existente, assim este ato foi renovado (Port. nº 253/N de 02/06/75), na ocasião em que se estava realizando a demarcação. Mas, a situação em Roraima é bastante complexa, e a demarcação unicamente, não constitui instrumento suficiente para realizar a retirada de invasores ou deter a entrada de outros, fato dificultado por um lado, por comunidades indígenas que mantêm relações contraditórias de dependência, conivência e "compadrio" com fazendeiros

invasores, relações surgidas em consequência da própria situação de domínio a que foram submetidas pela colonização. Por outro lado, a FUNAI, até hoje não teve condições de desenvolver um trabalho que superasse o assistencialismo, estimulando a organização e independência das comunidades, bem como, um serviço jurídico suficientemente forte para dar enfrentamento a estes problemas de acordo com a necessidade. A problemática se estende a dezenas de aldeias, ocorrendo casos de comunidades encurraladas por pequenas e grandes fazendas, notadamente na área sob jurisdição do P.I. Boca da Mata. Conforme o Decreto 84.828 de 23/06/1980, a região de São Marcos encontra-se sob intervenção, sendo que recentemente em reunião dos tuxauas com o Delegado da 10ª DR, foi discutido o levantamento fundiário das terras, o que poderá marcar mais uma etapa na luta das sociedades indígenas da região para a desocupação de suas terras por parte de invasores, luta esta, que depende decisivamente da iniciativa e independência da população frente às situações e relações de domínio.

### III - ECONOMIA

---

A economia Makuxi e Wapitxâna continua predominantemente de subsistência, baseada na posse coletiva da terra. A área para plantação "pertence" ao primeiro ocupante individual, as cercas quando usadas têm a finalidade de proteger contra a invasão de animais (gado bovino, equino) sendo comum a concessão de parte do terreno para algum parente que encontra-se em dificuldades de realizar suas roças. As roças alcançam em média 3 a 4 linhas, e apesar de serem caracterizadas como individuais, é um fato relativizado por que a força de trabalho é constituída geralmente por toda a família (homem, mulher, filhos, agregados), outro fato na organização do trabalho, que apresenta relevância é a prática de atividades coletivas, o "Ajuri", espécie de mutirão quando o dono da roça faz o caxiri ou pajuaru (bebidas de mandioca e /ou batata), e convida os homens para ajudá-lo nas atividades da roça, podendo repetir-se dias da semana em roças diferentes. O pequeno excedente da produção, que pode melhor ser entendido como sobras retiradas da produção originalmente destinada a subsistência, é trocado ou vendido aos regionais das proximidades.

Os moradores do Lago Grande fazem este comércio com a população regional localizada do outro lado do rio Surumu, ocorrendo o semelhante com os moradores da Aldeia Daroura, que "negociam" com fazendeiros situados na margem do rio Tacutu. Não foi possível fazer uma observação mais apurada destas transações comerciais, sendo que no caso da Aldeia Vista Alegre, onde os moradores realizam trocas ou vendas com a cantina mantida pela FUNAI, comercializam na cidade, ou com os regionais da localidade do Passarão (a 20 Km.); um homem makuxi sempre levava ao proprietário de uma mercearia deste último local, produtos de sua roça em pagamento de compras realizadas (sal, açúcar, fósforos, etc.).

As roças estão localizadas normalmente nas pequenas matas encontradas no lavrado, denominadas "ilhas" onde planta-se tanto no inverno quanto no verão, sendo preferencialmente na primeira está-



ção, e nas ilhas e restingas (baixos) dos rios onde cultivava-se a partir do começo da estiagem, principalmente produtos de safra de verão, aproveitando os insumos orgânicos deixados pelas cheias.

A prática da caça, não constitui atividade fundamental na subsistência dos Makuxi situados no lavrado, é feita ocasionalmente, talvez desestimulada pela pequena fauna existente na região, alguns estudiosos chegam a afirmar que esta não é uma sociedade tradicionalmente de caçadores. Já a pesca é uma atividade diária na vida dos homens, sendo elemento básico da alimentação, usa-se moquear ou secar ao sol, o produto da pesca, criando um pequeno estoque em casa. Outro aspecto, a ser observado é a pecuária, atividade que introduzida a muito tempo faz parte da vida do grupo, apesar de não ter um significado econômico mais expressivo, poucos dispõem de algumas cabeças de gado que de acordo com a necessidade são abatidas para consumo ou vendidas. A necessidade de dinheiro para adquirir manufaturados básicos, é uma constante, especialmente por parte da população jovem que tende a assimilar cada vez mais modismos urbanos; ao que tudo indica se faz necessário o desenvolvimento da produção agrícola com certo grau de excedente visando contribuir para a independência e manutenção das próprias aldeias, detendo a crescente migração de jovens para fazendas e a cidade, onde são absorvidos em situação de sub-emprego e espoliação. Porém, este aspecto precisa ser melhor avaliado, devido às experiências realizadas com Projetos Agrícolas coordenados pela FUNAI, a exemplo o de Vista Alegre, que sistematizado com base em roças comunitárias, o uso de máquinas e adubo, não teve o resultado esperado. Os que participaram do projeto, dizem que houve dificuldade de manter a roça comunitária, e ao mesmo tempo realizar as atividades rotineiras, paralelo a isso, a falta de interesse de muitos que iniciaram o trabalho, em continuar e a falta de um técnico agrícola que desse assistência constante. Hoje, ainda encontra-se em Vista Alegre várias máquinas agrícolas e sacos de adubo, oriundos do projeto. Além desta, outras experiências ocorreram, que mesmo apresentando resultados positivos não tiveram continuidade, a exemplo a horta plantada pelos alunos da Escola, sob orientação de um professor que não se encontra mais na comunidade.

#### IV - A SOCIEDADE MAKUXI

---

A sociedade makuxi mesmo sob a influência constante da sociedade envolvente, mantém-se como um grupo específico, devido aos laços de solidariedade exercitados pela organização tribal, que apesar de sofrer modificações convive ao lado de vários elementos étnico-culturais. O papel de chefia em cada aldeia, é representado pelo tuxaua, normalmente escolhido pela comunidade, havendo porém casos de influências externas não-índias, o que se nota, é que em muitos casos este papel tem sido descaracterizado levando os tuxauas a deturpar suas funções de liderança, representante e porta voz, para tornar-se uma espécie de governante máximo.

Nas relações de trabalho, o "Ajuri", tem papel fundamental na constituição da vida comunitária entre os homens. "É quando o índio trabalha, se diverte, se senta pra conversar. É o dia de união que a gente tem é esse". Conforme declaração de um senhor de Vista Alegre. Persiste até certo grau a divisão de trabalho por sexo, tendendo as atividades outrora reservadas unicamente para um dos sexos serem realizadas pelos dois. Assim, as atividades de cozinhar, preparar bebidas, carregar água, fazer rede (em desuso), são reservadas às mulheres; pescar, brocar, caçar, levantar e cobrir a casa, são atividades dos homens; por outro lado atividades onde prevalecia um dos sexos, a exemplo de, carregar lenha, colher, plantar são feitas tanto pelo homem quanto pela mulher.

As relações de parentesco makuxi, são complexas, não sendo possível aprofundar nesta questão por falta de dados suficientes e tempo disponível. A filiação é patrilinear, porém um estudo apurado poderá revelar a importância do papel exercido pela mulher nesta sociedade. Em certo grau, é mantido o hábito da uxorilocalidade temporária e matrilocidade, na maioria dos casos o genro recém-casado reside na casa do sogro, só não ocorrendo quando não há condições para tal, acontecendo por vezes o inverso, a nora residir na casa do sogro, fato que foge a tradição; quando a esposa é de outra aldeia, o marido costuma ainda, ir residir na localidade onde ela se encon-



tra. Porém os casamentos não seguem os ritos tradicionais, o mais comum é o simples "ajuntamento", às vezes acontecendo o ato da entrega da noiva por parte dos pais ao marido, sob a coordenação do tuxaua. O grupo familiar geralmente reside em casas próximas, sendo que as expressões designativas de parentesco costumam confundir-se com as expressões utilizadas na sociedade nacional, talvez devido ao fato da língua ser secundariamente usada. Quanto à língua makuxi, da família Karib, está em franco desuso; em Vista Alegre dificilmente encontra-se alguém com menos de 30 anos que fale a língua, particularmente os homens, do total de 292 pessoas, apenas 90 falam o Makuxi, menos de 1/3. Só foram encontradas duas crianças e edoloscen-tes que falam, meninas que foram criadas pelas avós, normalmente as crianças e os jovens compreendem algumas palavras que os pais usam no cotidiano da vida vida doméstica, apenas isso.

No que se refere aos elementos da cultura material, alguns ainda são usados cotidianamente, como o arco e a flecha (com ponta de arame, um tipo para cada finalidade), o tipiti, vários tipos de peneira, jamanxi, panela, etc., ao lado de produtos adquiridos na cidade (panelas, pratos, espingardas, rádio, bicicleta). Normalmente, a população jovem pouco sabe realizar em termos de objetos da cultura, quando muito só o arco e a flecha; muitos velhos sabem fazer trabalhos em cestaria, apesar de poucos realizarem. Além da população de meia idade, as mulheres podem ser consideradas como as grandes depositárias da cultura; são as que mantêm a língua com maior constância, são responsáveis pela manutenção dos hábitos alimentares e outros. Interessante notar o fato de que algumas mulheres, desmancham a rede adquirida na cidade, e aproveitando a linha confeccionam a rede de fios, conforme a prática tradicional, argumentando que fica mais forte e duram mais tempo. Recentemente a mulher do tuxaua, estava confeccionando uma rede "batida", feita de algodão natural, considerada bem mais difícil de fazer, e em franco desuso.

No aspecto da cosmogonia, o panteão mitológico makuxi é bastante expressivo, especialmente na abordagem das relações de parentesco; existem registros feitos por pesquisadores, notadamente os que visitaram a região rio-branquense no início deste século, até o trabalho feito há pouco tempo pelos missionários leigos da Diocese de

Roraima. Geralmente apenas os homens velhos conhecem os mitos, tive a oportunidade de ouvir narrações de estórias do jabuti e da onça, do surgimento dos rios da região, da origem do lavrado e outras, algumas com pouquíssimas variações em relação às estórias colhidas há dezenas de anos atrás.

Porém, quanto às danças e músicas, como o parixara e tokui, não são praticadas há mais de 3 anos, no que se refere à Aldeia de Vista Alegre, existindo o caso de uma família que o pai canta parixara para sua filha, genro e netos dançarem.

Nas festas realizadas o comum é o uso da música regional (forró, lambada), executada através de vitrola ou sanfona, triângulo e bumbo.

## V - SISTEMA ESCOLAR

O sistema escolar existente nas comunidades indígenas é mantido pela Secretaria de Educação do Território Federal de Roraima; se na Capital (Boa Vista), a educação formal está completamente dissociada da realidade do Território, a situação agrava-se mais ainda nas escolas das aldeias, a começar pelo prédio escolar, normalmente constituído de uma única sala de aula, em Vista Alegre a Escola possui duas salas de aula encontrando-se em estado bastante precário; passando pela constituição das turmas em séries, em muitos lugares, uma única sala abriga as quatro primeiras séries do 1º grau.

O dia de aula é iniciado geralmente com o hasteamento da bandeira nacional, com alunos postos em fila, cantando o hino nacional (quando sabem), porém não se ensina absolutamente nada da cultura, história ou língua makuxi (ou wapitxâna), num flagrante descaso às culturas destes povos, com o ato diário e extremo de civismo denunciando a verdadeira intenção desta educação: a doutrinação colonizadora, a passividade, a desagregação étnica. Pergunta-se: Qual o objetivo de uma Escola, que só tem até a 4ª série, onde o aluno que mora em uma aldeia, apreende a história do Brasil com a chegada de Cabral, mas não vê nada da história do "descobrimento" de Roraima, faz cartazes dos dias dos pais, mães, etc... utilizando e reproduzindo imagens típicas de indivíduos urbanos, brancos, burgueses?

Utilizando mais uma vez o exemplo de Vista Alegre, na escola desta localidade existem 67 alunos, na faixa etária de 07 a 15 anos, em duas salas de aula, uma abrigando a 1ª e 2ª série, outra a 3ª e 4ª. Na maioria das aldeias os professores são índios, funcionários da Secretaria, fato que constitui uma iniciativa importante, muitos tiveram sua formação na Escola da Missão Católica do Surumu, porém este fato não é suficiente, sendo que a Secretaria não estimula o aperfeiçoamento dos professores visando uma prática educacional voltada para a identidade étnica e a realidade indígena no território. Assim temos:

- Programas escolares ultrapassados e alienantes, utilizando material didático inadequado à realidade;
- A ausência da FUNAI, que não faz sequer supervisão no trabal-

ho realizado nas escolas.

Após o dia "D" da educação, realizado no último mes de setembro, que aqui contou com a participação dos Tuxauas, estes fizeram várias reivindicações voltadas para a melhoria do ensino nas aldeias, especialmente no que diz respeito ao ensino da língua e a valorização da cultura tradicional. Há esperança de que as coisas melhorem; porém, se não houver uma constante cobrança das comunidades indígenas, e um trabalho sério de supervisão por parte da FUNAI, a situação pouco se modificará.

VI - SAÚDE

A população total das (7) sete aldeias que estão nesta área é de cerca de 1.000 pessoas, teoricamente deveria ser assistida pela enfermaria localizada na Vista Alegre, a qual não se situa em local equidistante das aldeias dificultando bastante o acesso dos moradores carentes de assistência médica.

Quanto ao índice de mortalidade e natalidade, não existe registro no P.I., sendo observado que quanto a mortalidade o índice é relativamente baixo, ocorrendo falecimentos geralmente na cidade para onde o doente é transportado em busca de socorro. No mês de outubro, ocorreram dois casos de falecimentos "estranhos" de crianças, ambas com menos de 4 anos, que apresentaram repentinamente vômitos convulsivos, sendo que em um dos casos houve a assistência de um curador, posteriormente foi dado o socorro da medicina convencional na cidade de Boa Vista, onde a criança veio a falecer.

A natalidade apresenta índices altos em todas as aldeias, o que se comprova em tratando-se de Vista Alegre pela Tabela de Idade. Geralmente as doenças que se apresentam com mais frequência são: gripe, bronquite, diarreia, malária.

Assim temos:

Quanto à FUNAI, precariedade no trabalho de assistência à saúde devido:

- a) Enfermaria desaparelhada, obrigando o traslado de doentes para a cidade, sobrecarregando e superlotando a Casa do Índio;
- b) a prática de uma medicina unicamente curativa, não utilizando os recursos da medicina tradicional da comunidade, gerando dependência. Ex: usualmente cura-se gripe com eritromicina;
- c) Carência de pessoal na área de saúde.

Quanto à comunidade:

- a) O desuso, ou uso secundário das práticas de medicina tradicional, é sabido que os Makuxi dispõem de uma rica farmacopéia;
- b) A predominância da mentalidade de que a enfermaria é o lugar de dar remédio (ou pegar remédio), possivelmente gerado por práticas incorretas anteriores por parte do Orgão;
- c) O descrédito no papel anteriormente reservado ao xamanismo; apesar de existir em algumas comunidades curadores (caracterizados sob a influência regional) e/ou pajés. Estes exercem suas funções esporadicamente, ou simplesmente não são exercidas de forma pública, possivelmente devido à atuação das Missões religiosas colonizadoras, em passado próximo.

VII - FUNAI - ASSISTÊNCIA

Pelo que foi exposto no decorrer deste relatório, ficou claro que a assistência oferecida pela FUNAI apresenta limitações pela escassez de recursos, que reflete-se na falta de combustível para uma assistência mais próxima das aldeias, passando pela questão de saúde, educação, continua carência de pessoal e orientação técnica. Neste período de observação, foi constatado que estes aspectos citados acima fazem parte das expectativas de todas as comunidades, sendo que a expectativa maior, a fundamental, e também a mais óbvia é a resolução definitiva da questão da terra e a agricultura, itens essenciais à sobrevivência das sociedades indígenas.

É necessário refletir, sobre diversos aspectos na área em apreço não existe atualmente a atuação de nenhuma instituição religiosa, que estiveram presentes há anos passados, e deixaram sua "marca". Os cultos tanto católicos quanto protestantes são realizados na língua (makuxi), sendo enfatizado a importância deste aspecto, no entanto não estimulando a reflexão da problemática que a população indígena enfrenta atualmente. O papel desempenhado pela FUNAI, unicamente assistencial encontra-se em plena decadência devido às dificuldades que o Orgão enfrenta, este papel tende a ser cada vez mais preenchido pelo paternalismo, com fins eleitorais do Governo local, ameaçando a definição por parte das comunidades de um caminho independente e interferindo no próprio trabalho que poderia ser desempenhado pelo Orgão federal criado para este fim. Urge, que a FUNAI defina sua função e atuação frente às situações e realidade emergente no Território.

Hoje é sentido, que grande parte da população indígena desta área não procura unicamente a assistência convencional oferecida pela FUNAI, espera que o trabalho estimule a busca de caminhos para organização, o resgate da identidade e a independência.



VIII - SOCIEDADE ENVOLVENTE

O Território Federal de Roraima, constitui uma das principais frentes de expansão da sociedade nacional, as dificuldades de acesso fizeram com que o desenvolvimento capitalista até atualidade se processasse de forma lenta, este fato no entanto não impossibilitou o surgimento de discriminação e marginalização contra as sociedades indígenas, muito pelo contrário. Na verdade, a população vive sob uma situação de conflitos, sendo os indígenas vítimas de expressões preconceituosas amplamente difundidas, a exemplo de "Cabôco não presta", "Caboco é preguiçoso, pra que quer tanta terra?", "Cabôco medido a sabido". O caráter de ocupação do Território como já foi dito, gerou uma relação contraditória entre índios e "fazendeiros", se no início da colonização a utilização da mão-de-obra indígena na pecuária facilitou a própria penetração dos brancos nas terras, gerando paralelo a isto o "compadrio" e o "paternalismo", estas situações hoje ainda se mantem em algumas regiões com uma nova imagem. É comum indígenas exercerem a função de vaqueiro, ou outras, ganhando menos de 200 mil cruzeiros mensais, e refeição uma vez por dia, fato que se agrava porque muitas destas fazendas localizam-se em áreas demarcadas. Na cidade de Boa Vista, onde calcula-se que existe uma população de 15.000 índios confinados na periferia, dificilmente um rapaz ou moça recém-saído da aldeia vai encontrar algo que não seja o subemprego; além das dificuldades do mercado de trabalho absorver uma população numerosa, existe a limitação imposta pela educação restrita até a 4ª série. Naturalmente, o centro urbano exerce uma atração na esperança de uma vida melhor, podendo vir a constituir-se num elemento desagregador da vida comunitária indígena; nas aldeias é comum a saída de jovens a procura de emprego na cidade, e quando possível a continuação dos estudos. Nota-se também, que alguns, principalmente os homens depois de algum tempo residindo na cidade, ou realizando trabalhos temporários em fazendas retornam à aldeia, e procuram se reintegrar na vida cotidiana.

A mentalidade que prevalece na sociedade regional, provavelmente é das mais retrógradas existentes no país, dificultando o trabalho indigenista e a organização dos povos indígenas. As aldeias ainda são vistas como espécies de reservas que abrigam ociosos, restando portanto a absorção desta população para a prestação de serviços aos "agentes do progresso". É defendido amplamente a distorção da história, inclusive pela imprensa, que como porta voz da ideologia da classe dominante local, periodicamente afirma através de artigos e/ou editoriais que antigamente não existia conflitos entre índios e "brancos" em Roraima, que a situação entre aldeias e sociedade envolvente sempre foi de harmonia (v. anexo). Segundo a mentalidade que prevalece, quem deu origem a situação atual no Território foi a FUNAI e a Igreja; possivelmente, a situação tornou-se mais grave, quando a população índia começou a reivindicar seus direitos a ter suas terras demarcadas e sem a presença de invasores.

As autoridades locais, comumente afirmam que os Makuxi, Wapixana e Taurepang não são índios, discursos que tomam versões diferentes de acordo com seus interesses, notadamente os eleitores. No decorrer da campanha para as eleições municipais, os interesses indígenas, foram manipulados à revelia sendo distribuídas redes, camisetas, motores de ralar mandioca, etc.... em quase todas as aldeias; é óbvio que as populações são carentes e não poderiam recusar, consequentemente, este fato leva a gerar um novo paternalismo e verdadeiros currais eleitorais, onde um partido pode ter privilegio de penetrar numa área e outro não. Inquanto isso, as questões essenciais que avolumam-se durante anos, são esquecidas. A situação em Roraima é grave, no entanto o conflito latente não torna-se maior devido a situação de interdependência existente entre as duas sociedades, podendo oscilar em maior ou menor grau de acordo com os mecanismos de acomodação utilizados, e a reação da população oprimida.

Vale ressaltar, que a população de Boa Vista, muito pouco conhece da problemática vivida pelos indígenas do interior do Território; as informações quando circulam apresentam a distorção da realidade, seja originado pela ignorância, ou interesses escusos das em-

presas de mineração, pecuaristas e do Governo do Território, que procura estender cada vez mais sua política desenvolvimentista, herdada do regime anterior, alheio às consequências que podem advir.

XIX - CONCLUSÃO

Procurei no decorrer deste relatório registrar a problemática enfrentada pelas sociedades Makuxi e Wapitxâna da área que tive oportunidade de visitar e/ou conviver, bem como as limitações do trabalho indigenista, acredito que muito há de se fazer no estímulo a independência destes povos; independência que não pode ser entendida pela pseudo-integração, pelo processo de assimilação desencadeado desde os primórdios da colonização, e que hoje prossegue derrespeitoso e autoritário. Cabe a estas sociedades, dispondo de meios para se organizar e entender a situação histórica a que foram submetidas, optar, definir o caminho que querem seguir. Há 20 anos atrás o depoimento do makuxi Gabriel Viriato Raposo, já expressava a consciência da situação de opressão, o primeiro passo para lutar por dias melhores:

"Olha, quando branco chegou na nossa terra, índio pensava que branco estava do lado de Deus,  
índio pensava que Deus tinha vindo para visitá-lo. Tanto é que branco tem tudo e índio não tem nada:

branco tem arame farpado, nós não temos;

branco tem livro, nós não temos;

branco tem machado, nós não temos;

branco tem carro, nós não temos;

branco tem avião, nós não temos.

Mas branco chegou e roubou as nossas terras; e o índio não podia mais caçar.

Falou que as terras boas era dele, falou que os peixes dos rios e dos lagos era dele.

Depois trouxe as doenças. Depois aproveitou das nossas mulheres! E o índio revoltou-se. Então o branco matou nossos avôs, matou-os, massacrou-os muito, e índio fugia tão ligeiro como a coisa mais ligeira.

E então índio entendeu que Deus dos brancos era ruim.

Depois, branco voltava dizendo que ele era bom, que queria morar perto de nós, e nós ficávamos contentes. Dizia: "Compadre é bom que eu esteja aqui. Eu não levo embora as tuas terras. E enquanto eu estou aqui, terá carne para você e para teus filhos".

E índio dizia: "Tá bom, fica aqui".

O branco prometia e não dava, e continuava a tirar as nossas terras.

Dizia que as terras era dele,

que o veado era dele,

que o peixe era dele,

e tudo era dele.

E índio tinha muita fome.

Você sabe o que é a fome?

A fome não é brincadeira, sabe?

Eu te digo, a fome não é brincadeira".

X - ANEXOS

TABELA DE

IDADE

VISTA ALEGRE

Outubro 1985

CLASSES DE IDADE MASCULINO FEMININO TOTAIS

0 a 5	34	31	65
6 a 10	18	23	41
11 a 15	23	22	45
16 a 20	16	12	28
21 a 25	12	10	22
26 a 30	09	08	17
31 a 35	09	10	19
36 a 40	06	07	13
41 a 45	04	04	08
46 a 50	01	03	04
51 a 55	07	05	12
56 a 60	03	02	05
61 a 65	03	03	06
66 a 70	02	01	03
71 a 75	01	—	01
Acima de 75	01	03	04

---

Totais gerais 293

---



TÉRMO DE ACÓRDÃO ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO-FUNAI, ATRAVÉS DE SUA 10ª DELEGACIA REGIONAL, SEDIADA À AVENIDA BENTO BRASÍL, Nº 536 C.A. PRO- NESTA CIDADE DE BOA VISTA-RR, E, DE OUTRO LADO, O SR. OLMIRO DE SOUZA, BRASILEIRO, CASADO, AGRICULTURISTA, RESIDENTE E DOMINANTE NESTA MESMA CIDADE À FAZENDA ALEXAL, Nº 219-OUTRO, EM CARÁTER PROVISÓRIO, OU SEJA, ATÉ QUE O ORÇÃO COMPETENTE DESTA FUNDAÇÃO SE PRONUNCIE EM DEFINITIVO A RESPEITO DA CONTROVERSA EXISTENTE ENTRE A DEMARCAÇÃO DA FAZENDA SÃO MARCOS EM QUE SE ENCONTRAM ATINGIDOS OS LIMITES DA FAZENDA ALEXAL, NA MESMA REGIÃO MEDIANTE AS SEGUINTE CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

PRIMEIRA: O Sr. Olmiro de Souza, na qualidade de detentor de um título de domínio de uma área rural constante de escrituras públicas devidamente registradas sob nº 3571 às Fls.36 do livro 2-N e sob nº 4051 às fls. 226 do livro 2-O do Cartório de Registro de Imóveis- Local, estando aguardando o já referido pronunciamento da Fundação Nacional do Índio -FUNAI, através de seu Órgão Competente, sobre a procedencia de sua documentação já encaminhada anteriormente à Sede da FUNAI, para esse fim, combina, por sua vez, em aguardar tal decisão, mantendo sua posse e domínio tal qual se encontram, permitindo no entanto que os índios moradores dentro do perímetro de sua gleba ali permaneçam em caráter provisório até a decisão final desta Fundação.

SEGUNDA: Os tuxauas respectivos, ~~representantes~~ representantes de suas comunidades indígenas vizinhas à referida Fazenda, presentes a este ato e de ~~de acordo~~ comum acordo e que também assinam o presente termo, por sua vez empreenderão todos os seus esforços no sentido de evitar novas edificações dentro da área, assim como evitar atritos entre as comunidades que dirigem e o proprietário / supra identificado e seus respectivos prepostos, tudo em caráter provisório, comprometendo-se todos a respeitar o presente termo de acordo até ulterior decisão, que será anunciada pela FUNAI através de sua 10ª Delegacia Regional.

TERCEIRA: As comunidades indígenas, através de seus tuxauas aqui presentes se comprometem a cultivar a agricultura nas áreas onde já vinham cultivando, tudo até a decisão que se aguarda.

E por estarem assim justas e combinadas as partes assinam o presente termo de acordo em três(3) vias de igual teor e forma, assinando também os tuxauas das diversas comunidades aqui presentes, ficando uma via com esta Delegacia Regional, outra com o Sr. Olmiro de Souza e outra com o tuxaua-geral da Região, para todos os efeitos legais que se fizerem necessários.

RR, 23 janeiro de 1984

Olmiro de Souza- proprietário

Dr. Ubiratan Tupinamba da Costa  
Delegado Regional

Bel. Adão da Silva Menezes  
Adv. Procurador Regional

Serafim Farias da Oliveira  
Economista - Assessor III

Raimundo Nascimento da Silva  
Tuxaua -geral da Região

Continuação:-

Tuxauas:

- 1-Manoel Silva dos Santos - tuxaua da "Maloca da Bala"
- 2-Manoel Paulo - tuxaua da "Maloca da Roça"
- 3-Aterasio Augusto da Silva - tuxaua da "Maloca do Lago Grande"
- 4-Fernando Augusto da Silva - tuxaua da "Maloca do DARORA"
- 5-Abel Nafra dos Santos - tuxaua da "Maloca do Mauisi"

Secretarios:

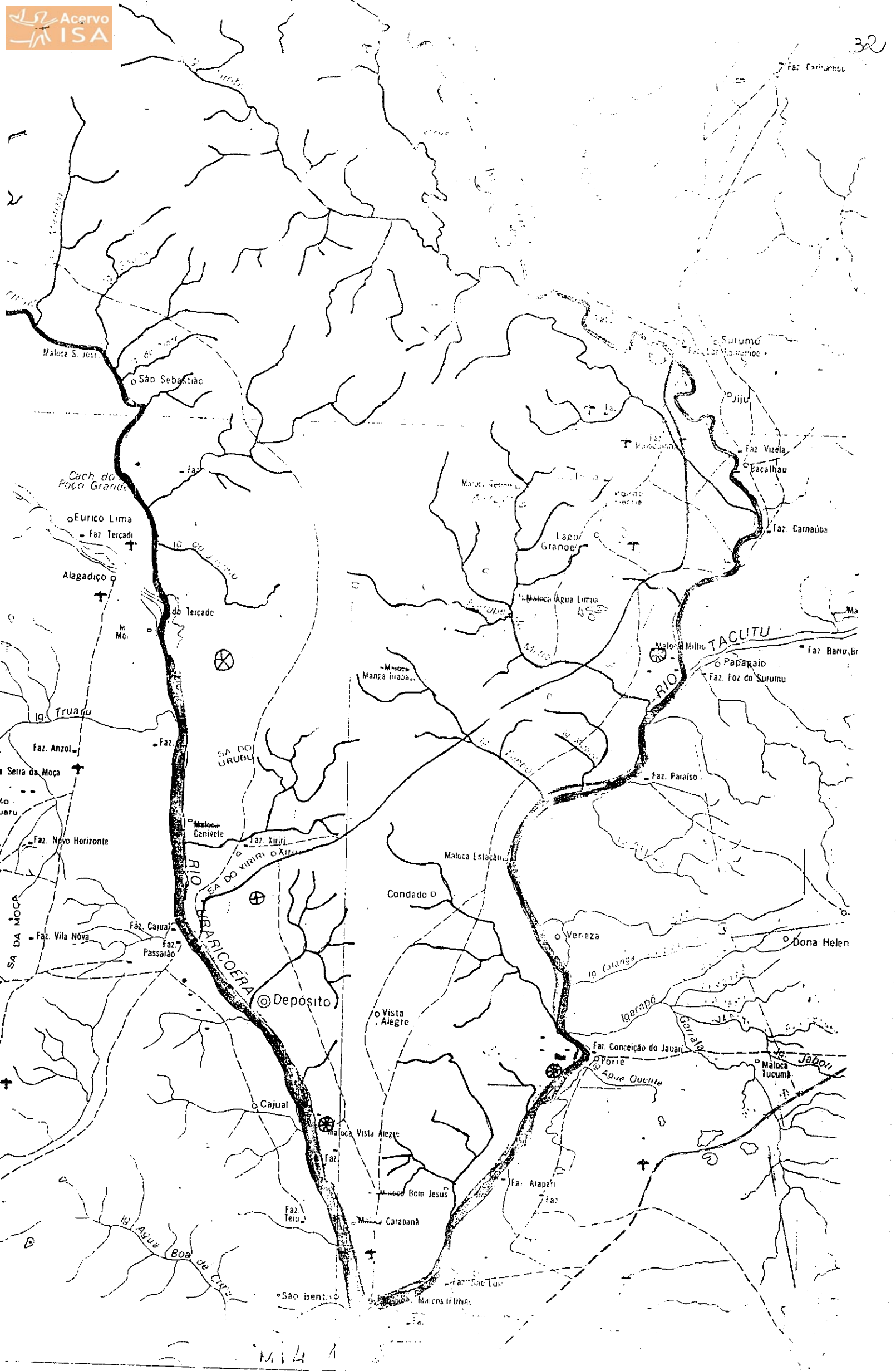
- 1)
- 2)
- 3)
- 4)
- 5)

Testemunhas

- 1) Dr. João Carlos Leal - Adv., Bras, casado, domiciliado nesta cidade
- 2) Wilson França , Bras. viuvo, func.pubçico, residente e domiciliado n/cidade

As assinaturas foram reconhecidas pelo tabelião DEUSDETE COELHO em 24/01/84

Depois de assinado o contrato o Sr. Olmiro já queimou a casa de um índio.



XI - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

DINIZ, EDSON SOARES - Os Índios Makuxi do Roraima, Faculdade FFCLM,  
Marília (SP), 1972

BOLETIM Nº 10 - Arquivo Indigenista, Diocese de Roraima, BVB, 1985

MONTEIRO, MARIA ELIZABETH BRAGA - Grupos Indígenas Makuxi, mimeogr.  
s/d

Memorial dirigido ao ministro Procurador Geral da República  
- SOBRE A QUESTÃO DA FAZENDA NACIONAL "SÃO MARCOS", Manaus, 1926

RAPOSO, GABRIEL VERRIATO - Depoimento, Arquivo Indigenista, Diocese  
de Roraima, BVB, 1985